

Governo fecha contas com superávit de R\$ 12,9 bi

Receita das concessões de telefonia fixa e celular foi decisiva para obter o resultado R\$ 887 milhões além da meta fixada

Leandra Peres

• BRASÍLIA. O Tesouro Nacional cumpriu a meta de superávit primário fixada para o ano passado, acumulando saldo positivo de R\$ 12,9 bilhões em suas contas. O Governo comemorou o resultado, que superou em R\$ 887 milhões a meta inicialmente fixada, mas 72% do superávit foi conseguido graças às receitas de concessão da telefonia celular e fixa. Ou seja, sem o dinheiro da venda das estatais, o Tesouro só teria um resultado de R\$ 3,6 bilhões, sendo metade graças a uma manobra contábil que transferiu a arrecadação do subsídio ao álcool para o Tesouro Nacional.

Gastos do Governo tiveram aumento de 11,6% em 98

Com o resultado de R\$ 12,9 bilhões do Tesouro Nacional, o Governo cobriu o déficit de R\$ 7,4 bilhões da Previdência Social no ano passado e somou outros R\$ 300 milhões do superávit do Banco Central para fechar o ano com um superávit de R\$ 5,8 bilhões nas contas do Governo Central, cumprindo também a meta de R\$ 5 bilhões que havia sido fixada em setembro.

Apesar do resultado, o Governo aumentou em 11,6% os gastos, se forem comparados com os de 1997. O Tesouro liberou R\$ 124,8 bilhões e a maior parte na elevação das despesas foi registrada nas despesas de custeio e investimentos, que responderam por R\$ 4,9 bilhões do aumento total de R\$ 13 bilhões nesses gastos durante o ano passado.

A explicação do secretário do Tesouro, Eduardo Guimarães, é que apesar do corte de R\$ 9 bilhões que o Governo fez em relação ao que previa o Orçamento,



EDUARDO GUIMARÃES: mesmo com corte de R\$ 9 bi, gastos em Saúde e Educação não puderam ser comprimidos

alguns gastos não puderam ser comprimidos, como Saúde e Educação, e outros foram extraordinários, como os repasses para combater a seca no Nordeste. Essas despesas, entretanto, não passaram de R\$ 1,5 bilhão.

— Asseguramos a meta que tinha sido proposta e esse é um sinal importante — avaliou Guimarães.

O repasse do reajuste de 28,86% a todos os funcionários públicos federais também pesou nas contas do Governo no ano

passado. O gasto total durante o ano passado subiu de R\$ 41,8 bilhões para R\$ 45,9 bilhões, e inclui também o crescimento vegetativo da folha de pagamentos, que se dá pela incorporação de gratificações ao salário dos servidores e aposentadorias.

Em dezembro do ano passado, a dívida do Governo também deu um salto, aumentando R\$ 7,9 bilhões. Com isso, a dívida líquida do Tesouro, que já desconta o que a União tem a receber, subiu de R\$ 94,235 bilhões, o equivalen-

te a 10,4% do PIB em novembro, para R\$ 102,141 bilhões ou 11,2% do PIB no fim do ano.

A principal explicação para esse aumento em dezembro é a emissão de títulos para a rolagem da dívida dos estados. Durante 1998, o Tesouro colocou R\$ 110,7 bilhões em papéis para assumir os débitos dos governadores, mas como os estados repassaram ativos para a União, o impacto sobre a dívida líquida foi de R\$ 28,9 bilhões.

O perfil da dívida pública tam-

bém mudou radicalmente em relação a 1997, deixando o Governo muito mais exposto às variações na taxa de câmbio. Naquele ano, o Tesouro tinha 38,2% de sua dívida prefixada, ou seja, com juros estabelecidos na data do leilão e 37,3% indexados ao juros diários. Atualmente, os títulos prefixados representam apenas 6% da dívida em mercado, enquanto os papéis corrigidos diariamente pela taxa de juros equivalem a 77% do estoque da dívida.

De acordo com os dados do Te-

souro Nacional, se ao total de R\$ 9,3 bilhões arrecadados com a concessão da telefonia celular fixa forem somadas as privatizações de outras estatais, o valor recebido pelo Governo atinge R\$ 11,4 bilhões, pouco mais do que o crescimento da dívida somente em um mês. A maior parte desse dinheiro, R\$ 11 bilhões, já foi usada para abater a dívida pública, outros R\$ 344,6 milhões foram destinados aos pagamentos da dívida externa e R\$ 17,51 milhões estão em caixa. ■

Givaldo Barbosa